

Ponto cego (<https://revistapesquisa.fapesp.br/ponto-cego/>)

Ensaio destaca riscos negligenciados ao bem-estar de peixes e outros animais aquáticos em pesquisas

Dois pesquisadores que estudam a ciência do bem-estar animal (BEA) apontaram uma lacuna nessa área do conhecimento que busca reduzir o estresse e dar qualidade de vida aos animais, notadamente aqueles utilizados ou consumidos pelos seres humanos. Trata-se do acesso ao oxigênio, um cuidado essencial com os peixes e outras espécies aquáticas. O fato de esses animais respirarem na água exige cuidados específicos na forma como os cientistas, o governo e a indústria lidam com eles. Mas isso ainda não acontece de fato, afirmam os autores de um estudo publicado em janeiro na revista *Issues in Science and Technology* (<https://issues.org/water-breathing-animal-welfare-jacquet-pauly/>), intitulado “A respiração na água é um ponto cego na ciência do bem-estar animal”.

A economista Jennifer Jacquet, do Departamento de Ciência e Política Ambiental da Escola Rosenstiel de Ciências Marinhas, Atmosféricas e da Terra da Universidade de Miami, nos Estados Unidos, e o biólogo Daniel Pauly, do Instituto para os Oceanos e Recursos Pesqueiros da Universidade da Colúmbia Britânica, no Canadá, ressaltam que os modelos clássicos de bem-estar animal foram elaborados em torno de mamíferos e aves – a exemplo da lista com os cinco princípios que norteiam as boas práticas de BEA, elaborada pelo Farm Animal Welfare Council, em 1979. A primeira das Cinco Liberdades, como foi chamada a lista, busca garantir que o animal esteja livre de fome e sede. “Falta incluir explicitamente que deveriam estar livres também de asfixia”, afirmam os autores.

Eles enfatizam a importância de garantir a oferta de oxigênio dissolvido na água em pesquisas, projetos e diretrizes regulatórias que utilizam peixes e espécies aquáticas, assim como reduzir ou eliminar a exposição desnecessária ao ar. “Peixes que respiram na água e

não têm água para irrigar suas brânquias estão sufocando”, escrevem os autores. Eles destacam que até mesmo breves períodos de exposição à atmosfera podem estar associados a sofrimento agudo e aumento da mortalidade em peixes. A superlotação em ambientes de pesca industrial e aquicultura e o aquecimento das águas nos oceanos também podem causar estresse fisiológico severo e dor nas espécies, observam.

Ambos apoiam métodos de insensibilização humanitária antes do abate em pesquisas científicas. Órgãos como a Associação Médica de Medicina Veterinária (AVMA), fundada em 1863, que representa mais de 105 mil veterinários, definem quais seriam os aceitáveis e os inaceitáveis. O Brasil, por meio do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), indica para a eutanásia de peixes os anestésicos triclaína, lidocaína, benzocaína e eugenol (óleo de cravo), colocados diretamente na água. Já o choque hipotérmico, que gera uma morte mais lenta, só receberia aval se o uso de uma substância química para a eutanásia pudesse alterar o resultado da pesquisa em questão.

Apesar da escala da aquicultura global, que produz dezenas de milhões de toneladas métricas de animais por ano, abrangendo mais de 400 espécies, pesquisas básicas sobre ciência do bem-estar animal são inexistentes para mais da metade das espécies aquáticas cultivadas. Os autores apontam a necessidade de financiar e promover pesquisas que, além de abordarem espécies pouco estudadas e reduzirem o estresse e a dor, também ajudem a aumentar o bem-estar dos animais aquáticos utilizados pelo homem.